

## JUVENTUDE E POLÍTICA: AS INFLUÊNCIAS DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS

Luísa Ássimos Curvello <sup>1</sup>  
Beatriz Corsino Perez <sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo pretende investigar como a juventude atual visualiza a política e de que maneira as práticas religiosas atravessam suas escolhas, ações e valores. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, por meio da análise de textos que envolvem o tema. Logo, foi possível compreender que a ascensão de uma juventude conservadora está pautada dentro dos ideais religiosos cristãos, que funcionam e se disseminam através de um discurso punitivista e ameaçador.

**Palavras-chave:** Juventude. Política. Religião.

### Abstract

This article aims to investigate how today's youth view politics and how religious practices influence their choices, actions, and values. The methodology used was a literature review, through the analysis of texts related to the topic. It was thus possible to understand that the rise of a conservative youth is grounded in Christian religious ideals, which operate and spread through a punitive and threatening discourse.

**Keywords:** Youth. Politics. Religion.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica a fim de compreender as perspectivas dos jovens sobre a política e de que maneira as suas práticas religiosas atravessam as suas escolhas, valores e ações.

As idades da vida, modo em que são classificadas as faixas etárias da sociedade atual, são baseadas no desenvolvimento biológico, psíquico, histórico e social dos indivíduos e se relacionam diretamente com a composição da modernidade, atuando diretamente na construção de comportamentos e costumes em que a sociedade reproduz (Peralva, 1997). Dentro desse modelo classificatório, tem-se a juventude, que Groppo (2000) define como “uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricadas pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.” (p. 8).

Além disso, a juventude diz respeito a um período em que Bourdieu (1978) classifica como “*no man's land* social”, um ciclo em que os indivíduos são considerados adultos para determinadas ocasiões e crianças para outras, estando a todo momento transitando nos dois planos. Sendo assim, na juventude, não se é considerado maduro o suficiente para ser adulto, porém, já há

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [luisacurvello@id.uff.br](mailto:luisacurvello@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4046-4528>.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta do Departamento de Psicologia de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do NIJUP – Núcleo de pesquisa sobre infâncias, Juventudes e Políticas Públicas. E-mail: [beatrizcorsino@id.uff.br](mailto:beatrizcorsino@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8484-5240>

desenvoltura necessária para não ser mais considerado criança. Segundo Foracchi (1972), o ideal de adulto só é atingido quando o indivíduo consolida o seu ponto máximo de humanização, de maneira que “a plenitude dos status, a amplitude de participação, a identificação completa com os ideais que a sustentam são condições que definem o adulto perante a sociedade.” (p. 19). Sendo assim, socialmente, o jovem não é considerado como um sujeito que possui estes atributos suficientemente formados.

Porém, mesmo que não sejam vistos pela sociedade com a maturidade adequada, os jovens possuem suas opiniões, considerações e ideais, os quais são diretamente influenciados pelo meio em que estão inseridos, podendo considerar a existência de uma pluralidade de juventudes, que possuem sua individualidade na maneira de ser jovem (Groppo, 2000). Esse cenário reflete, inclusive, nos seus ideais políticos, observando-se uma diversidade de opiniões políticas no meio juvenil. Entretanto, a juventude inserida no meio religioso ganha destaque nesse cenário, fazendo-se necessário compreender de que maneira esse ambiente produz tensionamentos na formação de opinião e qual as intervenções feitas no cotidiano dessa faixa etária.

O termo “política” pode possuir uma infinidade de interpretações, porém, no presente trabalho, ele será abordado acerca do engajamento dos jovens com as questões parlamentares, principalmente, no que diz respeito ao período eleitoral. Compreendendo a política como a forma de coordenar um país através de uma estrutura organizacional que se baseia em projetos e programas implementados pelo Estado, visualiza-se a garantia de direitos de cada cidadão por meio dela (Barroso, Souza e Neves, 2020). Sendo assim, a atuação e a presença da juventude nesse contexto se tornam cada vez mais importantes, a fim de que esse grupo consiga participar ativamente da construção dos seus direitos. Dessa forma, no presente trabalho, foi analisado como a juventude atual enxerga a política brasileira, qual a sua opinião a respeito dela e como isso impacta no sistema eleitoral, considerando também se essas noções políticas possuem relação com o contexto religioso no qual estão inseridos.

## **METODOLOGIA**

Este estudo trata-se de uma pesquisa que pretende compreender quais são os atravessamentos das práticas religiosas na relação da juventude com a política. Para isso, a metodologia aplicada neste trabalho foi de revisão bibliográfica, utilizando de textos que envolvem política e religião para desenvolver o tema escolhido e compreender quais relações a política possui com a religião entre os jovens.

Como se trata de um projeto de monografia em curso, posteriormente, pretende-se realizar um trabalho de pesquisa, aplicando questionários semi estruturados, seguidos de uma roda de

conversa sobre o tema, com jovens de 16 a 18 anos, de diferentes religiões, gêneros, raça e classes sociais.

É válido ressaltar que para que ocorra essa análise, foi necessário visualizar a juventude como “grupo concreto, construído historicamente e por ele mesmo, sendo assim, produto e processo das construções sociais que permeiam o universo juvenil como ‘um lugar social’ paradoxalmente associado à apatia, à mudança e à tecnologia.” (Barroso, Souza e Neves, 2020, p.57). Sendo crucial compreender que essa parcela está inserida nos debates e temas que correm pela sociedade.

Portanto, a discussão se inicia em “A juventude e a política: contexto histórico”, na tentativa de compreender os fatores históricos que envolvem os jovens e sua relação com a política e como esse processo de inserção da juventude se deu até os dias atuais. Em seguida, debate-se o tema “‘A onda conservadora’: existe diálogo entre política e religião?”, visualizando os fundamentos que atravessam a relação entre a política e a religião na sociedade brasileira, associação que tem como forte influência a onda conservadora. Por fim, as redes sociais são trazidas como a principal forma de participação política entre os jovens na atualidade por meio do capítulo “Redes sociais: uma nova forma de participação política”. Os temas acima foram trazidos ao debate por serem as principais questões relacionadas à relação entre juventude, política e religiosidade na atualidade.

## **A JUVENTUDE E A POLÍTICA: CONTEXTO HISTÓRICO**

Historicamente, nem sempre a juventude foi considerada um grupo geracional, que possui especificidades e requer uma atenção especial. Essa separação se deu pela maneira pela qual a sociedade moderna se organizou e pelo modo como passou a constituir a relação entre adultos e crianças. Segundo Peralva (1997), com o advento da modernidade, a escolarização tornou-se uma instituição obrigatória e universal, sendo de responsabilidade estatal, fazendo com que as crianças largassem a mão de obra trabalhista e se inserissem no meio escolar. Além disso, a separação da família do mundo exterior fez com que ocorresse a redefinição do lugar da criança no ambiente familiar, com o avanço da modernidade e a racionalidade colocada em cena por ela universalmente. Então, as idades da vida começam a surgir como uma consciência moderna, cenário que possibilitou que os adolescentes passassem a ser também visualizados nessa estratificação, que deixou de ser apenas dualista: adultos e crianças (Peralva, 1997). Sendo assim, é necessário considerar as diversas transformações que o status social da juventude passou ao longo da história, levando em consideração a representação e a situação social presentes na realidade cotidiana com diversidade (Groppo, 2000).

Bourdieu (1978) classifica essa divisão etária como arbitrária, e a caracteriza também como objeto de poder, de ordem e de disputa, de modo que os papéis dados à juventude, à fase adulta, à infância e à velhice não são dados, mas conquistados socialmente. Logo, é importante destacar a relação entre idade social e idade biológica, que se dão de maneira relativa, dependendo do contexto em que o indivíduo está inserido.

Esse ordenamento do mundo está ligado à construção da democracia, que, por meio do voto, permite que os cidadãos participem igualmente da construção do governo e da sua representação. Enquanto as crianças são excluídas do mundo da política, que tradicionalmente pertencia aos adultos, os jovens passaram a ser vistos como participantes ativos na sociedade. A partir do desenvolvimento do seu protagonismo, atuação e independência, esse grupo surge como indispensável no processo eleitoral, sendo necessário que seja incluído nessa composição. Como forma de concretizar essa inclusão, no Brasil, o jovem conquistou o direito ao voto desde a Constituição de 1988, que restabeleceu as eleições diretas e o voto passou a ser facultativo aos maiores de 70 anos e dos 16 aos 18 anos, fator que inseriu diretamente parte da juventude na participação eleitoral.

A participação política além do voto também se garantiu por meio da Constituição de 1988, implementando-se diferentes formatos, com uma amplitude na difusão de setores e territórios, os quais foram apropriados por atores da sociedade civil (Corrochano, Dowbor, Jardim, 2018). Dessa forma, é válido ressaltar que a participação política desses jovens é fundamental para que, através do voto e da eleição de seus candidatos, as pautas da juventude não sejam invisibilizadas e que políticas públicas sejam feitas voltadas diretamente para esse cenário.

Assim, é importante considerar que “vivemos o mais longo período democrático caracterizado pela ampliação e estabilidade de canais institucionalizados da participação política” (Corrochano, Dowbor, Jardim, 2018, p.51), uma vez que, ao longo dos anos, a juventude, que um dia foi invisibilizada e nem considerada uma das idades da vida, com o advento da modernidade, foi ganhando mais espaço na sociedade e na luta de direitos, conquistando inclusive o direito ao voto. Por meio dessas conquistas, o jovem se inseriu numa extensa gama de participações políticas, estando presente inclusive em cargos no executivo e no legislativo.

Diante de um cenário mais recente, devido a essa participação mais ativa da juventude no contexto político, podemos observá-los inclusive nos acontecimentos vivenciados nos últimos anos, tanto no Impeachment da presidente Dilma no ano de 2016, quanto nos tensionamentos experienciados nas eleições para presidente no ano de 2022. Nos dois cenários, foi possível observar a juventude inserida nos debates e posicionamentos, utilizando, inclusive, das redes sociais para a exposição da sua opinião.

Essa efetividade, característica da juventude atual, resultou numa maior estabilidade e diversificação desses canais, sendo colocados diante de possibilidades que gerações anteriores não tiveram acesso (Corrochano, Dowbor, Jardim, 2018). Logo, a juventude atual se diferencia da juventude de seus pais e avós, os quais conviveram diretamente com o período transicional democrático, durante e pós-ditadura.

Segundo Foracchi (1972), uma geração pode ser definida como um grupo que possui uma localização social comum, em que certo número de indivíduos compartilha de semelhanças da mesma fase do processo, se diferenciando do modelo preexistente. Porém, segundo Bourdieu (1978), mesmo dentro de uma mesma geração, que compartilham da mesma idade biológica, vivências e ideais semelhantes existem divergências de comportamentos e opiniões, as quais são influenciadas pelo meio em que cada sujeito esteve inserido durante sua formação. Como sugere Mannheim (1978), por mais que uma posição geracional se conecte em diversas opiniões, uma unidade em relação à política e a participação dela não pode ser visualizada, podendo ser notada uma diversidade de posicionamentos, desde os mais conservadores até os mais progressistas, fator que é influenciado pelo meio social, envolvendo questões de gênero, classe, raça, entre outros.

Da mesma maneira, uma vez que o espaço político se torna amplo e subjetivo, que se constrói a partir da percepção e opinião da sociedade em relação a ela, automaticamente se enxerga um cenário de conflitos de interesses, ações e discursos (Barroso, Souza e Neves, 2020). Esses conflitos atingem diretamente esse cenário geracional, sendo exemplificado por meio daqueles jovens os quais se desenvolveram no meio religioso, que não de ter suas opiniões e considerações influenciadas por ele, e, portanto, divergentes dos que não estão inseridos.

### **“A ONDA CONSERVADORA”: EXISTE DIÁLOGO ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO?**

Desde a Constituição de 1891, que consolidou a separação entre a Igreja e o Estado, o Brasil foi considerado um estado laico, fator que se manteve na Constituição de 1988. Sendo assim, há a garantia de uma liberdade de crença e de cultos religiosos no país, de maneira que o Estado não pode se associar a nenhum deles em específico. Apesar disso, ainda é possível visualizar uma grande relação entre a política e a religião por meio da eleição de candidatos que utilizam, em seu discurso político, o apelo religioso. Atualmente, no parlamento, observa-se a presença incisiva da bancada evangélica, que é composta por um conjunto de deputados que defendem a moral, ameaçando a laicidade (Almeida, 2017).

Porém, quando se fala dessa “ameaça”, cria-se uma ilusional impressão de que o Estado nunca foi e nem é influenciado por questões religiosas, ilusão que se dá pelo fato de a Igreja Católica utilizar de uma determinada invisibilidade nesse espaço devido a sua histórica e profunda

inserção nos espaços culturais, de forma que ocorre um desfrute de legitimidade e de oficialidade maior do que as outras religiões (Almeida, 2017). Por conta dessa invisibilidade, cria-se uma falsa impressão de que o Estado age com laicidade, quando, na verdade, os ideais religiosos estão enraizados nas estruturas do país.

Sendo assim, o grande crescimento da bancada evangélica nos últimos anos segue uma lógica que já havia sido vivenciada anteriormente, porém dessa vez de maneira mais exposta e incisiva. A bancada evangélica é a principal responsável por disseminar uma onda conservadora no país, ascendendo forças a favor da contenção, restrição e retrocesso de determinados direitos que estão inclusos na Constituição de 1988. Sua atuação mais recente foi direcionada à tentativa de aprovação da PL da gravidez infantil<sup>3</sup>, que previa uma alteração na lei penal sobre o aborto, que permite o procedimento em casos de estupro, risco de vida ou anencefalia fetal, sem limite de idade gestacional, equiparando o aborto do feto com idade gestacional superior a 22 semanas ao crime de homicídio para efeitos penais, mesmo diante dos casos citados anteriormente.

No cenário político atual brasileiro, é possível observar uma grande polarização, em que o conservadorismo se dá por meio de uma sobreposição no enquadramento do debate público, gerando uma identificação de uma determinada parte da população com discursos conservadores, fascistas e fundamentalistas (Almeida, 2017). Logo, pode-se considerar a disseminação desses ideais como um terreno perigoso, visto que essas identificações tem se assumido publicamente sem o constrangimento que era observado no período pós-ditadura, em que o país passava por uma redemocratização.

Ao utilizar o termo “bancada evangélica”, deve-se utilizar com cautela a categoria descritiva “evangélicos”, pois se trata de um público específico. Entretanto, a onda conservadora não se resume a eles, da mesma maneira que não se trata de sua totalidade, mas de uma parcela significativa que se identifica com os discursos produzidos por esses deputados. Sendo assim, segundo Almeida (2017), diante de alguns temas como aborto e homossexualidade, é comum que observemos determinada repressão populacional, fator que não está diretamente relacionado aos evangélicos, mas ao conservadorismo exposto pela própria sociedade brasileira, “que lida de forma mais flexível nas relações interpessoais e com maior rigidez de valores morais no espaço público.” (p.12).

Nesse sentido, é possível compreender que a conjuntura político-religiosa vivenciada no Brasil atualmente se compõe por linhas de força que se entrelaçam para formar a onda conservadora, que se articulam em favor de inimigos comuns, que segundo Almeida (2017), são compostas

---

<sup>3</sup> PL 1904/2024.

pelo ideal meritocrático e empreendedor; a moral reguladora; a repressão punitiva e a intolerância social.

Para Almeida (2017), a força meritocrática e empreendedora se trata do incômodo com programas de políticas públicas de distribuição de renda, por meio da afirmação de que essas políticas funcionam para a acomodação da parcela mais pobre da sociedade em relação à busca por empregos. Em relação à força moralmente reguladora, essa se baseia na sacralização da família e na reprodução da vida, ideais que são pregados pelas religiões cristãs. Já a linha de força repressiva e punitiva prega uma ação mais repressiva e punitivista dos aparelhos de segurança do Estado, envolvendo temas como a redução da maioria penal e a política de encarceramento, violência que se direciona principalmente à parcela da população mais desvalorizada socialmente. Por fim, a força socialmente intolerante se dá por meio da intensidade política vivenciada nos últimos anos, que provoca um tensionamento diante dos antagonismos políticos, gerando uma repulsão à oposição, fator que se dá por meio de discursos de ódio proferidos, principalmente, pelas redes sociais.

Em síntese, todas essas correntes de força resultam no crescimento da onda conservadora no país nos últimos anos, que ocorre diante de uma identificação populacional com os ideais defendidos pelos candidatos, fazendo com que os mesmos ocupem cada vez mais cargos nos poderes executivo e legislativo.

Diante desse cenário, é necessário analisar se esse ideal também se reverbera entre a juventude brasileira. Os jovens se inserem em diferentes espaços sociais e também são influenciados pelos seus responsáveis a frequentarem os mesmos ambientes que eles. Dentre esses locais, estão as igrejas, as mesquitas, as sinagogas, os terreiros, os santuários, entre outros espaços religiosos; locais os quais, desde crianças, os filhos são levados a acompanhar os pais em expressão da religiosidade. Dessa maneira, diante da identificação dos jovens com esses espaços, muitos continuam frequentando e reproduzindo certos comportamentos almejados, se tornando pessoas religiosas.

Portanto, é muito comum observarmos jovens inseridos no contexto religioso que acabam por reproduzir comportamentos conservadores. Porém, é necessário observar se esses comportamentos advêm da convivência no meio religioso ou se é atravessado pela reprodução dos comportamentos sociais comuns.

## **REDES SOCIAIS: UMA NOVA FORMA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

As redes sociais, como a maior rede de informação entre os jovens atualmente, também se mostram extremamente importantes no processo de formação de opinião de seus usuários. Dessa maneira, as mobilizações sociais por meio das redes sociais se tornaram muito comuns,

iniciando uma nova forma de participação sócio-política, transformação a qual revela uma dimensão significativa devido ao poder das redes de modificar a forma como a sociedade se relaciona com o conhecimento (Barroso, Souza e Neves, 2020).

Nesse contexto, o conteúdo consumido pelos jovens tende a ser reproduzido por meio de suas redes sociais, e quando encontramos uma “onda conservadora” tomando forma na sociedade, podemos visualizá-la também através da análise das publicações e do uso que os candidatos fazem de postagens e vídeos voltados para esse público.

O deputado federal Nikolas Ferreira utiliza o seu perfil nas redes sociais para realizar uma comunicação com o público cristão considerado conservador, utilizando das plataformas para passar recados e hesitações. Em um de seus vídeos publicados, intitulado “Um cristão pode votar no Lula?”, pode-se perceber uma tentativa de manipulação da população cristã, justificando que esses devem votar seguindo seus valores e princípios, que teoricamente se assemelham mais aos ideais de Bolsonaro do que de Lula, relacionando o segundo candidato ao homicídio de inocentes, à legalização das drogas e a ideologia de gênero, induzindo os telespectadores a exercerem o seu direito ao voto seguindo a Bíblia (FERREIRA, 2022). Este vídeo, citado anteriormente, se trata de apenas uma dentre as dezenas de publicações feitas pelo deputado que relacionam o voto ao cristianismo.

Sendo assim, os jovens cristãos são diretamente influenciados por esse discurso manipulador, que relaciona de maneira errônea o processo eleitoral aos valores cristãos, a fim de eleger candidatos de direita, além de atribuir discursos e ideais distorcidos aos representantes da esquerda, na tentativa de caluniar a imagem de candidatos como o ocorreu na eleição do Lula, em 2022.

Seguindo este raciocínio, a sociedade brasileira já se caracteriza como conservadora, e se tratando de jovens cristãos, pode-se observar essa característica se acentuando através dos discursos dos representantes políticos nos espaços religiosos. Esses discursos lidam com determinadas questões, como aborto e sexualidade, por meio de um tom de ameaça, dando a entender que se você não seguir as regras determinadas por aquela igreja, você não será aceito e não “irá para o céu”. Esse enunciado intimidador, repressivo e punitivista é o principal responsável por prender os fiéis às regras estabelecidas pela igreja conservadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, pode-se compreender que a ascensão de uma juventude conservadora está diretamente ligada às raízes religiosas que ela possui, alimentada pelo discurso punitivista e ameaçador que se observa dentro dos espaços religiosos.

Além disso, pode-se observar uma juventude que não possui muita representação política por meio dos cargos eleitorais, o que revela a falta de políticas públicas voltadas para essa parcela, que muitas vezes é invisibilizada.

Sendo assim, faz-se necessário que seja adotado um pensamento crítico por meio desses jovens, para que eles sejam capazes de questionar o meio no qual estão inseridos, e, assim, compreender as questões e debates sociais com os seus próprios julgamentos, não se atrelando a valores preestabelecidos.

### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - Evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, v. 2017, n. 50, 2017.

BARROSO, Elise DO Socorro Gomes; SOUZA, Ana Paula Vieira E; NEVES, Joana D'arc De Vasconcelos. Juventude em rede: os sentidos que os jovens atribuem ao político e à política brasileira. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 26, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**, 1978.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana A. A.. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. **Laplage em Revista**, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

FERREIRA, Nikolas. **Um cristão pode votar no Lula?** 01 set. 2022. Instagram: @nikolasferreiradm. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Ch-FjDDsO-5/>. Acesso em 12 ago. 2024.

FORACCHI, Marialice Mencarini. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 19-32.

GROPPO, Luis Antonio. Juventude. *Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro. Difel, 2000, p. 07-78.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, Luis; FORACCHI, Marialice Mencarini. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978, p. 91- 97.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira da educação**, n. 6, p. 15-24, 1997.